

• Política

CONSTITUINTE

Jornada semanal de trabalho é reduzida de 48 para 44 horas

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

A redução para 44 horas do limite máximo da jornada semanal de trabalho, 4 horas menos do que a atual Constituição estabelece, aprovada na sexta-feira pela Comissão de Sistematização da Constituinte, resultou de uma nova composição de forças, diferente da que, na véspera, aprovava a fórmula de garantia de emprego do texto constitucional.

Os partidos de esquerda e a ala progressista do PMDB, que na véspera saíram vitoriosos na votação da garantia de emprego, perderam por estreita margem de votos a proposta de redução da jornada para 40 horas semanais, por 51 votos contra 40. E acusaram a liderança do PMDB na Constituinte de ter-se aliado aos grupos mais conservadores na defesa das 44 horas.

Entre a posição dos representantes dos empresários, que, no início da Constituinte, não desejavam ver incluída no texto constitucional qualquer limitação à jornada de trabalho, e a dos representantes dos trabalhadores, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder do PMDB em exercício na Constituinte o, articulou apoio à proposta de jornada de 44 horas. A solução já havia sido negociada por setores de empresários e de trabalhadores. O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, já se comprometera a votar a favor das 44 horas.

O resultado da votação da jornada de quarenta horas estimulou os principais líderes dos partidos de esquerda e do Movimento Unidade Progressista (MUP) do PMDB a em seguidas manifestações lançarem acusações contra a liderança do PMDB na Constituinte. Quem derrotou as quarenta horas foi a liderança do PMDB na Constituinte, denunciou a deputada Rose de Freitas, do MUP. Por poucos votos a mais, a proposta teria sido aprovada, ponderou.

Um intenso esforço foi empreendido pelos parti-

dos de esquerda para que a emenda do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), propondo a jornada de 42 horas, fosse votada antes da proposta de 44 horas, mas o pedido de preferência para a votação foi rejeitado.

Em nome da liderança do PMDB na Constituinte, o deputado José Serra (PMDB-SP) encaminhou a votação a favor da jornada de 44 horas. Embora defendesse a não inclusão do limite da jornada na Constituição, Serra fechou com a liderança do partido por considerar que seria a proposta mais razoável com possibilidade de ser aprovada. Sustentou que pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e da Secretaria do Planejamento de São Paulo indicam que em São Paulo a jornada média de trabalho é de 46 horas. A redução para 44 horas, portanto, seria um avanço, ainda maior relativamente à média do País, ponderou.

A proposta, aprovada por 66 contra apenas 23, estabelece que a duração máxima do trabalho normal é de 44 horas e a jornada diária não excederá a oito horas. Resultou de uma emenda do deputado Gastone Righi (PTB-SP) e, conforme Serra, não será obstáculo a conquistas de jornadas inferiores pelo movimento sindical.

O projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral previa duração não superior a oito horas diárias e não fixava limite algum para o número de dias da semana trabalhados. Seis dias, portanto, significariam 48 horas semanais. Em relação ao projeto, portanto, a proposta aprovada na sexta-feira ampliou as garantias dos trabalhadores.

A proposta de jornada de trabalho de 40 horas será reapresentada no plenário da Constituinte pelos partidos de esquerda. Para conseguirem derrubar a jornada de 44 horas incluída no projeto, porém, precisarão reunir 280 votos, uma maioria que nenhum grupo conseguiu até agora sobre qualquer dos temas polêmicos da Constituinte.

Esquerda aguarda Carta para fundar um partido

por Zanoni Antunes
de Brasília

O Movimento de Unidade Progressista (MUP), dissidência de esquerda do PMDB, espera o fim dos trabalhos da Constituinte para transformar-se num partido socialista. Integrado por cerca de quarenta constituintes, todos parlamentaristas, o MUP mantém uma postura crítica dentro do PMDB e defende o rompimento do partido com o governo.

O deputado Domingos Leonelli (BA), um dos líderes do movimento, acredita que a metade dos integrantes do grupo pode aderir a um partido socialista, desde que conte com adesões importantes, como as dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

A decisão do prefeito Roberto Sarturnino Braga, do Rio de Janeiro, de filiar-se ao PSB, segundo a interpretação dos socialistas, integra um grande acordo firmado pelo MUP, PSB e por dissidentes de outros partidos, visando organizar num só partido os militantes socialistas.

Leonelli explica que o novo partido, que poderá usar a sigla do atual Partido Socialista Brasileiro (PSB), é uma proposta moderna "para o próximo século e para um novo socialismo". "Ele parte de onde a sociedade chegou no mundo", afirma o deputado, ao garantir que o futuro partido não pretende ter os problemas que o PC do B tem com a União Soviética nem com o alinhamento automático do PCB.

"O nosso socialismo é da 'glasnot' para frente, não para trás", compara o deputado. Os socialistas, segundo Leonelli, encaram a

questão da unidade das esquerdas como uma estratégia para ser perseguida o tempo inteiro, tanto no plano parlamentar quanto no eleitoral, sindical e comunitário. A unificação das duas centrais trabalhistas (CUT e CGT) também é defendida pelos socialistas.

Leonelli define o MUP como a costela esquerda do PMDB. Para ele, o grupo só tem duas saídas: "Ou transforma-se no principal componente de um partido socialista ou vai se eternizar como a consciência crítica do PMDB".

Sobre o PMDB, o deputado socialista acha que ele se transformou num partido do governo, sem chances para que se exerça uma militância organizada. O exemplo disso, segundo Leonelli, ocorre quando o partido tem de tratar de questões trabalhistas. "O PMDB não pode enfrentar o capital e o trabalho ao mesmo tempo."

O deputado, no entanto, acha que o seu atual partido ainda tem lugar importante na vida política do País. "Não devemos 'diabulizar' o PMDB e nem negar-lhe o papel principal na redemocratização do País." Leonelli prevê ainda que o PMDB vá transformar-se no futuro num partido social-democrata.

Sobre o governo Sarney, o MUP acha que o presidente da República quer a "rendição incondicional do PMDB" ao impor-lhe a adesão a um documento que nega os princípios programáticos do partido. Na última sexta-feira, em nota à imprensa, o MUP acusou o presidente José Sarney de "atropelar a transição com um projeto personalista em torno do seu próprio mandato".

O painel eletrônico

Os constituintes receberam na sexta-feira suas senhas secretas — compostas de cinco números — para a votação eletrônica e um manual e instruções explicando o funcionamento do sistema, que já está implantado, mas que não deverá ser utilizado pela Comissão de Sistematização. E que o sistema não prevê votação para um plenário reduzido e um programa especial de computação para atender a Sistematização custaria CZ\$ 3 milhões

e demoraria no mínimo seis dias para ficar pronto depois de encomendado. E a mesa da Constituinte ainda não se decidiu pela encomenda.

Na sessão de sexta-feira os constituintes ficaram animados com a possibilidade de utilizar o sistema eletrônico, o que agilizará as votações. Como tinham recebido suas senhas, a maioria apostou na inauguração do novo processo já na próxima semana.

(AG)